



Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

PROCESSO Nº	55.747-1/2023
PRINCIPAL	INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE MATO GROSSO
GESTOR	EDEVANDRO RODRIGO GUANDALIN
SERVIDOR	J.A.S.
ASSUNTO	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
RELATOR	CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 71, III, c/c art. 75, conferiu aos Tribunais de Contas a Competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, sendo de sua atribuição, portanto, cancelar o ato administrativo, por natureza complexo.

6. No caso em tela, a aposentadoria voluntária por tempo de Contribuição, está fundamentada no art. 40, inciso III da Constituição Federal, art. 4º, inciso I a IV, observado o disposto no § 1º, bem como o § 6º, inciso I do referido artigo da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, art. 140-A, inciso III da Emenda Constitucional do Estado de Mato Grosso de 20 de agosto de 2020, Lei nº 7.860/2022 (PCCS) e suas alterações e Lei nº 11.331/2021 e Resolução administração nº 28/2021.

7. Da análise dos autos, verifico que a parte interessada, cumpriu os requisitos previstos no ordenamento jurídico e atendeu aos pressupostos legais para a concessão do benefício da aposentadoria voluntária, evidenciando que o Ato em exame possui respaldo legal e merece o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro.



III. DISPOSITIVO DO VOTO

8. Ante o exposto, considerando que o Ato atendeu as formalidades legais e constitucionais, e em consonância com o artigo 43, inciso II da Lei Complementar nº 269/2007, acolho o Parecer Ministerial n.º 4.253/2023, subscrito pelo Procurador-geral de Contas Adjunto Dr. William de Almeida Brito Júnior, e **VOTO** no sentido de **registrar o Ato n.º 1.243/2023**, publicado no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso no dia 04/04/2023, que reconheceu o direito à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais ao **Sr. J.A.S.**, servidor estabilizado constitucionalmente no cargo de Técnico Legislativo de Nível Fundamental (em extinção) Classe “D”, Referência “D10”, contando com 35 (trinta e cinco) anos e 25(vinte e cinco) dias de contribuição, lotado na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Município de Cuiabá-MT.

9. É o voto.

Cuiabá-MT, 02 de agosto de 2023.

(assinado digitalmente)
Conselheiro **SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA**
Relator

